

ATA Nº58: Conselho Fiscal

17 de maio de 2023

 Videoconferência por Zoom, a partir da sede do CCRUP

Introdução. Natureza da reunião.

O Conselho Fiscal da Associação para o Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas para as Pescas e Outros Grupos de Interesse (CCRUP), reuniu-se em sessão fechada, via videoconferência, através da plataforma *Zoom*, com interpretação simultânea em português e espanhol, às nove horas e trinta minutos, do dia dezassete de maio de dois mil e vinte e três.

Sessão de boas-vindas da Presidente do Conselho Fiscal.

A Sra. Sara Silveira (*Associação Marítima de Pesca e Aquacultura da Ilha Terceira e Presidente do Conselho Fiscal*) deu as boas-vindas a todos os presentes. Informou que o Conselho Fiscal tinha um novo vice-presidente: a *OP ANACEF* (*Asociación Nacional de Armadores de Buques Congeladores de Pesca de Cefalópodes*), representada pelo Sr. Juan Martin. Recordou que, este Órgão Social era responsável por fiscalizar as contas da associação CCRUP com sede em Portugal e, consequentemente, aprovar as contas do ano fiscal. Esta reunião era importante para esclarecer possíveis dúvidas sobre a contabilidade do CCRUP, no ano 2022. A aprovação das contas por parte do Conselho Fiscal era uma formalidade jurídica, pois a Assembleia Geral é que era o órgão social responsável pela aprovação, ou não, das contas do Conselho Consultivo. Explicou que as contas de cada ano deviam ser aprovadas até ao dia 31 de março do ano seguinte e apesar de haver uma confusão relativamente aos prazos. Contudo, ainda estavam a tempo de aprovar as mencionadas contas.

A Secretária-Geral informou que o Sr. José Azevedo (*Associação de Pescadores e Armadores da Ilha das Flores*) foi operado e que, após conversa telefónica, informou que o mesmo não podia estar presente e que não se opunha à realização da reunião.

A Secretária-Geral apresentou a Sra. Carolina Silveira (estagiária em Política Pesqueira, no âmbito do programa estagiar L). Referiu que, no início do ano, foi realizado um ajuste salarial e que era necessária uma terceira pessoa no secretariado do CCRUP.

A Sra. Sara Silveira perguntou se havia possibilidade de contratar a Sra. Carolina Silveira.

A Secretária-Geral informou que esse assunto seria discutido posteriormente, mas que a Sra. Carolina Silveira estava a realizar um bom trabalho.

A Sra. Sara Silveira comentou que seria bom criar mais um posto de trabalho numa Região Ultrapерифérica.

Apreciação do relatório de contas e demonstrações financeiras relativas à atividade do CCRUP, no ano fiscal de 2022.

A Sra. Sara Silveira, informou que as contas do ano fiscal de 2022 estavam em conformidade com aquilo que era a contabilidade das associações sedeadas em Portugal. Apesar de haver muitos gastos, o saldo final era sempre positivo e sobrava uma quantia significativa. Contudo, era importante haver dinheiro reservado, nomeadamente, para cobrir eventuais despesas do ano seguinte até ao pagamento das quotas dos associados e do financiamento europeu, pois entre novembro e março do ano seguinte, o CCRUP tinha de assegurar os salários do secretariado e todas as despesas inerentes à atividade da organização, enquanto não recebiam a transferência da Comissão Europeia. Comentou que, após conversa com a Secretária-Geral, era possível abrir uma conta a prazo, para reservar os fundos que sobravam, de um ano para o outro.

A Secretária-Geral esclareceu que, quando a contribuição financeira da Comissão Europeia não era gasta na totalidade, a Comissão Europeia recuperava a quantia que não tinha sido gasta.

A Sra. Sara Silveira informou que concordava com a abertura de um depósito a prazo para separar estes fundos e reforçou que era importante ter algum dinheiro reservado para gastos imprevistos. Solicitou a intervenção dos membros.

O Sr. Juan Martin informou que, estando a sobrar uma quantidade considerável de fundos próprios, concordava com o facto de abrir uma conta no banco. Questionou se a Comissão Europeia estaria de acordo com a abertura de uma conta a prazo, para obter haver rentabilidade financeira.

A Secretária-Geral explicou que era uma decisão interna e que era possível abrir outra conta, para além da conta corrente. Contudo, o dinheiro não podia ser colocado numa conta que desse rentabilidade financeira, só podia ser colocado num conta poupança. Explicou que a Comissão Europeia financiava 90% do orçamento total. Mas até março do ano seguinte só transferiam 80% e a restante percentagem era transferida após análise do relatório técnico e financeiro. Como as reuniões do CCRUP começaram na altura da pandemia do Covid-19, muitas despesas previstas não chegaram a ocorrer e sobrou algum dinheiro dos fundos próprios. A Comissão Europeia recupera o que sobra

da percentagem da sua contribuição financeira. Informou que, dois meses depois de receberem o relatório técnico e financeiro, normalmente em março, a Comissão Europeia transfere os restantes 10% ou então emite uma nota de débito. Informou que este ano, a Comissão Europeia ainda não se tinha pronunciado sobre o relatório técnico e financeiro do passado ano. Reforçou que o dinheiro que sobra, não podia ser utilizado para obter lucro, apenas podia ser reservado numa conta à parte para uso futuro em despesas elegíveis e devidamente declarado.

O Sr. Juan Martin agradeceu os esclarecimentos.

A Sra. Sara Silveira referiu que, uma vez que o dinheiro seria colocado numa conta à parte, deveria haver uma taxa de juros associada, nem que fosse reduzida. Comentou que era um desperdício ter dinheiro numa conta em que o banco cobrasse a manutenção, pois acabariam por perder dinheiro.

O Sr. David Pavón (*Federación Regional de Cofradía de Pescadores das Canarias* e Presidente do Comité Executivo) reforçou que o objetivo de ter duas contas era separar os fundos próprios - referentes às contribuições dos Estados Membros e às quotas dos membros que não tinham sido gastos nos anos anteriores – do restante dinheiro utilizado para os gastos correntes. Relembrou que caso não seja utilizado todo o dinheiro transferido pela Comissão Europeia, o mesmo era devolvido no ano seguinte. Informou que era viável negociar com o banco e propor que a conta não tivesse custos de manutenção.

A Sra. Sara Silveira comentou que não conhecia nenhum tipo de conta bancária sem custos associados.

O Sr. Juan Martin informou que era possível abrir uma conta com poucos custos de manutenção e que isso era uma questão de negociação com o banco. Comentou que acreditava que o secretariado do CCRUP era capaz de realizar essa tarefa.

A Secretária-Geral informou que falaria com a gerente do banco do CCRUP, sobre qual o melhor tipo de conta para abrir. Posteriormente, informava os membros do Conselho Fiscal sobre qual a quantidade de dinheiro a ser depositada e qual o tipo de conta a abrir. Reforçou que o dinheiro depositado seria uma almofada financeira e a Comissão Europeia autorizava. Ressaltou que dinheiro na conta poupança só podia ser utilizado para despesas elegíveis. Referiu que também daria conhecimento do email à empresa de contabilidade (IvoConta) para decidirem qual o melhor tipo de conta.

A Sra. Sara Silveira concordou. Referiu que era bom continuar com o mesmo banco, ou seja, a Caixa Geral de Depósitos, contudo nada invalidava que outro banco tivesse melhores propostas.

A Secretária-Geral informou que o CCRUP abriu conta na Caixa Geral de Depósitos, porque era o único banco que tinha delegações em Portugal, Espanha e França.

A Sra. Sara Silveira questionou os membros se tinham questões sobre as contas do ano 2022.

O Sr. Juan Martin informou que as contas estavam conforme o habitual e não tinha questões.

A Secretária-Geral referiu que os custos estavam mais elevados devido à inflação e propôs que se solicitasse mais financiamento aos Estados Membros. O orçamento para o ano 2023/24 seria elaborado em julho do corrente ano, pois tinha de ser enviado para a Comissão Europeia até ao dia 1 de outubro.

A Sra. Sara Silveira informou que as contas podiam ser aprovadas pela maioria. O Sr. José Azevedo, após analisar as contas, podia esclarecer qualquer dúvida que tivesse. Colocou à aprovação dos membros presentes as contas do ano 2022.

Resumo:

Os membros presentes aprovaram por maioria as contas do ano 2022.

Foi decidido criar uma conta poupança.

A Sra. Sara Silveira encerrou a reunião agradecendo a todos a participação.

Outros Assuntos

Nada mais havendo a acrescentar, deu-se por encerrada a reunião.

Conclusões/Recomendações

Os pontos de agenda foram cumpridos. ND.